

Sindsep convoca eleições para o quadriênio 2025/2029

Em meados do mês de dezembro, mais precisamente, no dia 14, o Sindsep lançou em mídia de grande circulação o Edital de Convocação para as Eleições da Nova Direção e Conselho Fiscal, que irão acontecer nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 2025.

No último dia 06 de janeiro, a entidade realizou uma Plenária Estadual, na qual, aprovou o Regimento Eleitoral e escolheu os membros para compor a Comissão Eleitoral responsável pela realização do pleito para o quadriênio 2025/2029.

A Comissão Eleitoral ficou organizada da seguinte maneira: Ariolina Machado de Jesus Moraes (Presidenta), Olimpia Virgílica Cantanhede (Secretária) e Marcelo Sampaio Rodrigues (Membro).

As chapas podem se inscre-

ver junto à Comissão Eleitoral de 20 de janeiro até 04 de fevereiro de 2025, das 08 às 12h, e das 14 às 18h, na sede do Sindsep.

Quem pode se candidatar

Qualquer associado que estiver filiado ao sindicato por mais de três meses e que esteja em dias com suas atribuições sindicais.

Quem não poderá se candidatar

Estará inelegível qualquer associado com impedimento previsto no Estatuto da entidade; quem não tiver contas aprovadas em função do exercício em cargos de administração sindical; quem houver lesado o patrimônio de qualquer entidade sindical; que tenha sido destituído de cargo de direção sindical ou representação profissional;

que tiver débitos sindicais quitados em até 30 dias antes do registro da chapa que for integrante; e que tenha sofrido punição disciplinar de suspensão por mais de 30 dias ou exclusão do quadro de associados

Quem poderá votar

Qualquer associado que tiver na data da eleição a idade mínima de 18 anos; quites com as mensalidades sindicais até 30 dias antes do início das eleições; e estar regularmente filiado ou ter dado entrada, em até 90 dias antes das eleições.

Em breve o Sindsep estará veiculando em suas redes sociais alguns vídeos com a Presidenta da Comissão Eleitoral, Ariolina Machado.

Fiquem atentos às redes sociais da entidade.

CDE se reúne para definir pautas e calendário de mobilização da maioria do Executivo

O Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef/Fenadsef se reúne na próxima quinta-feira, 16. Nesse primeiro encontro de 2025, os representantes da maioria do Executivo vão debater e definir as pautas prioritárias e o calendário de mobilização que darão início à Campanha Salarial 2025 dos servidores federais.

A pauta de reivindicações que fará parte da Campanha Salarial 2025 deve ser apresentada ao governo até o dia 31 desse mês. Em fevereiro ocorre a primeira reunião desse ano da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), como previsto no regimento.

Também em fevereiro o Congresso Nacional retorna do recesso e tem que votar a Lei Orçamentária Anual (LOA). O pagamento dos reajustes negociados com servidores federais a partir de

janeiro desse ano está atrelado à aprovação da LOA.

Uma das prioridades que estão incluídas no calendário de mobilização da categoria está em cobrar essa aprovação e o pagamento dos reajustes. As entidades solicitam ainda que o pagamento retroativo não acumule em um único mês. Isso para evitar elevação da alíquota de recolhimento do imposto de renda.

Entre a lista de prioridades ainda estão a busca pela regulamentação da negociação coletiva, equiparação de benefícios com os Três Poderes e o combate às distorções salariais e à elitização do Estado.

Confira algumas das pautas centrais que devem fazer parte da Campanha Salarial 2025:

- Pelo combate às distorções salariais e à elitização do Estado
- Por isonomia entre os benefícios dos

três poderes

- Pela regulamentação da Convenção 151 da OIT sobre o direito à negociação coletiva no setor público
- Por respeito ao direito de greve e organização dos trabalhadores do setor público
- Pela abertura e avanço dos grupos de trabalho reivindicados nas negociações salariais de 2024
- Pelo retorno da paridade ativo/aposentado/pensionista e PECs/Carreiras
- Pela abertura de mesas específicas das categorias que reivindicam estruturação e reestruturação de carreiras
- Por aumento na contrapartida do plano de saúde
- Contra todas as medidas pro-capital especulativo; pela revogação das reformas anti-trabalhistas e anti-sindicais; em defesa de investimentos e políticas públicas, da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas; pelo arquivamento definitivo da PEC 65/2023 e da PEC 32/2020.

Fonte: Condsef



Fake News do PIX alimenta golpes e prejudica consumidores

Apesar de repetidas negativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a falsa informação de que o governo planeja taxar transações realizadas via PIX continua causando problemas. Mesmo com esclarecimentos oficiais, a desinformação persiste em conversas familiares e rodas de amigos, muitas vezes permeadas por dúvidas como: “Será que é verdade?”; “Ouvi falar disso, mas será mesmo?”.

Essa onda de fake news já impacta consumidores. Em feiras livres e entre prestadores de serviços, não é raro encontrar quem se recuse a aceitar PIX como forma de pagamento, preferindo dinheiro vivo ou até cobrando taxas extras de quem opta pela modalidade. Em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, Jiovane Ferreira, comerciante de eletrônicos no centro de Ceilândia, periferia de Brasília, relata práticas questionáveis: “Tem gente usando CPF de outra pessoa para dividir compras e evitar que o imposto recaia em uma só pessoa”.

A Receita Federal emitiu um alerta categórico: “Não existe tributação sobre PIX e nunca vai existir, até porque a Constituição não autoriza imposto sobre movimentação financeira”.

Os golpes das consequências da fake news do Pix

Além do temor infundado sobre a tributação, golpes en-

volvendo o PIX têm se multiplicado. Criminosos se passam por representantes da Receita Federal e entram em contato via WhatsApp, alegando que determinadas transações foram taxadas. Eles pressionam as vítimas a realizar pagamentos sob o pretexto de evitar o bloqueio de seus CPFs.

Segundo levantamento da agência de análise de dados Palver, 25% das mensagens em grupos de WhatsApp que mencionam o PIX envolvem termos como “taxação”. A amostra, que analisou 22,4 mil mensagens em 500 grupos nas últimas duas semanas, revelou conteúdos alarmantes e falsos, incluindo afirmações de que o governo busca criminalizar o porte de dinheiro físico para arrecadar mais com um suposto imposto sobre pessoas físicas.

Como evitar golpes, segundo a Receita Federal:

Desconfie de mensagens suspeitas: evite fornecer informações pessoais em resposta a comunicações não solicitadas.

Não clique em links desconhecidos: eles podem direcionar para sites fraudulentos ou instalar softwares nocivos.

Evite abrir anexos: documentos em mensagens fraudulentas podem conter programas capazes de roubar dados ou danificar dispositivos.

Verifique a origem das informações: use canais oficiais, como o Portal e-CAC e o site da Receita Federal.

Além dessas medidas, o órgão reforça a importância de

combater a disseminação de fake news. “Textos sensacionalistas, com promessas milagrosas e erros de português, devem ser encarados com ceticismo. Antes de repassar qualquer mensagem, é fundamental conversar com parentes e amigos e consultar fontes confiáveis”, destaca o alerta.

A persistência dessa desinformação não apenas coloca cidadãos em risco de golpes, mas também compromete a confiança em um sistema que já se consolidou como eficiente e seguro. O PIX, que revolucionou as transações financeiras no Brasil, merece ser defendido de narrativas falsas que visam prejudicar sua credibilidade.

O que de verdade aconteceu

Na semana passada, a Receita Federal anunciou recentemente a ampliação das regras de fiscalização para transferências realizadas via PIX e cartão de crédito: semestralmente, os bancos, incluindo os digitais e instituições ligadas a maquininhas de cartão, deverão enviar à Receita Federal informações qualificadas sobre transações de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas. Para pessoas físicas, serão reportadas movimentações que ultrapassem o valor mensal de R\$ 5 mil.

O objetivo da medida é permitir que a Receita Federal tenha um maior controle das situações financeiras dos contribuintes, visando reduzir a sonegação fiscal.

Fonte: CUT